

Estudo de Objectivos de Valor do Regime Político com Predominância do Poder Executivo nas RAEs

—Tomar a RAE de Hong Kong como o Exemplo

ZHU Shihai*

A aplicação do regime político com predominância do poder executivo na RAEHK tem factores históricos, sobretudo a consideração das necessidades reais. Basicamente, foi um resultado de projecto humano. As motivações são seguintes: em primeiro lugar, o ponto de partida da aplicação do regime político com predominância do poder executivo consiste na resistência do regime político com predominância do poder parlamentar, salvaguarda a soberania nacional e integridade territorial; em segundo lugar, o regime político com predominância do poder executivo é um sistema governativo eficaz, sendo favorável a manter a prosperidade e estabilidade da RAEHK; no fim, o tal regime político não é uma administração totalitária, os poderes legislativo e judiciário limitam necessariamente o poder executivo. Após o retorno de Hong Kong, os poderes públicos garantem os direitos e as liberdades dos cidadãos de Hong Kong, oferecendo uma legitimidade fundamental para a persistência e a operação do regime político com predominância do poder executivo.

I. Integração dos três objectivos de valor

Os objectivos de valor da aplicação do regime político com predominância do poder executivo na RAEHK consistem em três aspectos: salvaguardar a soberania nacional e integridade territorial, manter a prosperidade e a estabilidade da RAEHK, proteger os direitos e as liberdades dos cidadãos da RAEHK. Os três aspectos são unidades dos contrários, construindo o sistema de objectivo de valor do estabelecimento e funcionamento do regime político com predominância do poder executivo na RAEHK.

1.1 Salvaguardar a soberania nacional e integridade territorial

A soberania nacional, no Direito Internacional, refere-se ao Estado que não conhece superior na ordem externa nem igual na ordem interna. Sendo um direito inerente do país, manifesta-se pelos três aspectos: direito máximo ao interior, direito independente ao exterior, direito de auto-defesa contra a agressão. De acordo com o princípio de “Um País, Dois Sistemas”, a RAEHK goza de um alto grau de autonomia, sob a soberania unificada da República Popular da China (RPC). Este alto grau de autonomia só pode ser concretizado sob o exercício da soberania nacional à RAEHK pelo Estado. Portanto, é necessário levar a realização da soberania nacional em

* Professor associado da Faculdade de Direito da Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau

consideração, quer no sistema político da RAEHK, quer no tratamento das relações com o Governo Central. O objectivo de valor da aplicação do regime político com predominância do poder executivo na RAEHK consiste em salvaguarda da soberania nacional e integridade territorial, sendo realizado pela resistência do regime político com predominância do poder parlamentar e persistência da liderança central.

1.1.1 O regime político com predominância do poder executivo pode resistir efectivamente o regime político com predominância do poder parlamentar

Depois de conhecer que a China recuperará Hong Kong em 1997, a Inglaterra decidiu implementar uma “descolonização”, tentando promover a democracia representativa. Em Julho de 1984, o Governo de Hong Kong britânico emitiu o *Relatório do Desenvolvimento do Governo Representativo em Hong Kong (The further development of representative government in Hong Kong)*, cujo objectivo principal era “Construir gradualmente um governo sólido em Hong Kong, que goza uma plena autoridade para representa as vozes dos cidadãos de Hong Kong e consegue responsabilizar directamente aos cidadãos”.¹ A fim de alcançar este objectivo, o relatório sugeriu uma série de reformas relativas à função e geração da Direcção dos Serviços de Legislação e Direcção dos Serviços de Administração. Em Novembro do mesmo ano, outro relatório confirmou o objectivo e a direcção da reforma do governo. Surgindo também, uma selecção dos deputados não governativos, em conformidade com as funções sociais, para que formem um sistema representativo e elegem um ou mais de um representantes, como deputados da Direcção dos Serviços da Legislação. Segundo o plano de reforma do governo representativo em 1984, a Direcção dos Serviços de Legislação realizou, em 1985, pela primeira vez, uns sufrágios, incluindo eleição de colégio eleitoral e eleição de grupos de função. Estes sufrágios tinham uma significância muito considerável, sendo as primeiras eleições após a fundação de Hong Kong. Embora sejam realizados parcialmente sufrágios indirectos, sendo o início de sufrágio, introduzidos pela Direcção dos Serviços de Legislação. Abriu-se assim, não só uma nova página do governo de Hong Kong, mas também uma nova era do desenvolvimento do “governo representativo” de Hong Kong.²

Com a assinatura e a entrada em vigor da *Declaração Conjunta Sino-Britânica do Governo do Reino Unido e da Irlanda do Norte e o Governo da República Popular da China sobre a questão de Hong Kong* (adiante designada por *Declaração conjunta Sino-Britânica*), a Inglaterra consolidou firmemente a implementação de uma “descolonização” em Hong Kong, acelerando o ritmo de implementação. Em 1987, o governo de Hong Kong britânico fez uma revisão sobre o sistema político, promulgando o *Relatório da Revisão do Desenvolvimento do Sistema Representativo 1987*, no qual se apresentou a introdução da Direcção dos Serviços de Legislação no sufrágio directo, mas muitas pessoas estavam contra isso. Após o Protesto na Praça da Paz Celestial em 1989, as políticas relativas a Hong Kong, lançadas pela Inglaterra, estavam cada vez mais opostas à China. Após a tomada da posse em 1992, nas *Linhas de Acção Governativa (LAG) do “Futuro de Hong Kong: plano de 5 anos”*, Chris Patten apresentou plenamente a sua proposta da reforma política, pretendendo transformar a Direcção dos Serviços de Legislação num centro de poder, mediante uma alteração do regime político com predominância do poder executivo. Assim, os Chefes do Executivo posteriores são responsáveis ao órgão legislativo, em vez de ser responsáveis ao Governo Central. A proposta prejudicou a *Declaração conjunta Sino-Britânica* de 1984, bem como a fundamentação da *Lei Básica da Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China* de 1990, alterando a estrutura política de Hong Kong e o seu desenvolvimento constitucional após o retorno em 1997.³ Embora, em algum sentido, devido à

resistência do Governo da China e dos muitos cidadãos de Hong Kong, algumas aspirações do Governo de Hong Kong britânico não sejam concretizadas, a situação da Direcção dos Serviços de Legislação já foi alterada. Em 19 de Janeiro de 1993, a Direcção dos Serviços de Legislação nomeou, pela primeira vez, por sufrágio directo, John Joseph Swaine como presidente, Elsie Hume Elliot Tu como presidente substituto. Segundo jornais de Hong Kong, o sufrágio marcou uma nova etapa na independência do órgão legislativo a partir do órgão administrativo. Em Março de 1994, a Direcção dos Serviços de Legislação estabeleceu independentemente um secretariado para substituir a delegação anterior, que estava junto com a da Direcção dos Serviços de Administração. Em 1995, cancelaram-se deputados nomeados no sufrágio da Direcção dos Serviços de Legislação, todos os deputados deviam ser eleitos por sufrágio directo ou indirecto, enquanto o presidente da Direcção dos Serviços de Legislação era eleito pelos deputados. Assim, a Direcção dos Serviços de Legislação e a Direcção dos Serviços de Administração foram separadas completamente. Os objectivos da Reforma do Governo Representativo, apresentados pelo governo de Hong Kong Britânico, podem ser classificados em dois níveis: objectivo básico e objectivo final. O objectivo básico consiste em elevar o desejo político dos cidadãos de Hong Kong, incentivando a sua participação política, com vista a afectar o sistema político altamente centralizado na época de colónia. No prazo curto, a reforma tem impacto negativo à Inglaterra, mas por outro lado, podendo evitar o aprobeito sucessivo da China a longo prazo.⁴ O objectivo final consiste em transformar gradualmente a Direcção dos Serviços de Legislação num centro de tomada de decisão. Assim, os Chefes do Executivo posteriores são responsáveis à Direcção dos Serviços de Legislação, em vez de ser responsáveis ao Governo Central, com vista a tornar Hong Kong ser independente ou semi-independente. Na verdade, isso correspondeu às políticas britânicas a Hong Kong a longo prazo. Em Janeiro de 1983, no diário, Margaret Hilda Thatcher mencionou que ela já tinha feito algumas considerações fundamentais sobre os objectivos do Governo Britânico. Tendo em conta o progresso negativo da negociação Sino-Britânica, a Inglaterra deve desenvolver a estrutura democrática em Hong Kong, com vista a concretizar a independência ou autonomia no curto prazo. Como o que já está feito em Singapura.⁵

O Governo da China entendeu perfeitamente a intenção do Governo de Hong Kong Britânico, o regime político com predominância do poder legislativo pode salvaguardar a soberania nacional e segurança territorial. Caso estiver na situação política complexa, a soberania nacional e a integridade territorial poderão ser prejudicadas. Além disso, de acordo com o princípio de “Um País, Dois Sistemas” e a *Declaração conjunta Sino-Britânica*, a RAEHK goza de um alto grau de autonomia. Em relação à soberania nacional, o Governo Central já abandonou os poderes judicial, de julgamento em última instância e tributário. Aliás, a Assembleia Legislativa de Hong Kong possui o poder legislativo, só se aplicam as leis nacionais listadas no anexo III da Lei Básica de Hong Kong. Nesse caso, “Além do estacionamento da tropa, o poder de nomeação do Chefe do Executivo é portador mais concreto da soberania nacional”. Caso se aplicar regime político com predominância do poder legislativo em Hong Kong, o Chefe do Executivo é eleito por sufrágio legislativo, não é favorável à realização da soberania nacional. O regime político com predominância do poder executivo é uma forma necessária para manifestar e salvaguardar a soberania nacional. Após a retomada da soberania sobre Hong Kong pela China, aplica-se “Hong Kong governado pelas suas gentes”. Este passo é importante para os cidadãos de Hong Kong ser donos na sua terra, como também uma nova etapa na construção democrática. Naturalmente, a China não consegue aceitar a aceleração da “descolonização”, bem como a reforma política de

Chris Patten, cancelando a “Assembleia Legislativa” formada pelo Governo de Hong Kong Britânico e estabelecendo a Assembleia Legislativa provisória. “Na disputa da reforma política de Hong Kong, o Governo Central segue firmemente as orientações de Deng Xiaoping, insiste rigorosamente o regime político com predominância do poder executivo, estando contra à aplicação do sistema parlamentar em Hong Kong. A Lei Básica da Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China define claramente sobre esta questão, destruindo assim as maquinações britânicas.”⁶

1.1.2 O regime político com predominância do poder executivo pode facilitar a realização da liderança central

A China é um Estado soberano unitário, possuindo apenas uma constituição, um governo central. Segundo a *Lei Básica da Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China*, embora os poderes, tais como “Hong Kong Governado pelas suas gentes” e “Alto grau de autonomia”, sejam claramente definidos, sendo delegados legalmente pelo Governo Central. “A Região Administrativa Especial de Hong Kong (RAEHK) exerce um alto grau de autonomia e goza de poderes executivo, legislativo e judicial independente, incluindo o de julgamento em última instância. Todavia, isso não significa que a Região Administrativa Especial de Hong Kong possui um órgão legislativo soberano”.⁷ O Governo da RAEHK é um governo regional, não goza de soberania. Sendo uma região administrativa da República Popular da China (RPC), tal como outras regiões provinciais, Hong Kong deve insistir e aceitar a liderança do Governo Central. Essas são as exigências e reflexões da soberania nacional, como também a responsabilidade política de Hong Kong ao Governo Central. Quanto ao ângulo de Hong Kong, a liderança do Governo Central também é necessária. Deng Xiaoping já apontou, “Não é seguro que o Governo Central deixe todos os assuntos geridos pelo povo de Hong Kong, esta ideia não corresponde à situação actual. De facto, o Governo Central não tem necessidade de interferir nos assuntos da RAEHK. No entanto, será que, certamente, a RAEHK não vai acontecer nenhuns assuntos que poderão prejudicar os interesses fundamentais do país? Temos a certeza sobre isso? Caso houver a situação, o Governo Central vai interferir ou não? Ao mesmo tempo, não haverá possibilidades de acontecer assuntos que poderão prejudicar os interesses fundamentais de Hong Kong? Será que não há interferência, não há força destrutiva em Hong Kong? Pelo meu juízo, não temos provas de auto-consolação. Caso o Governo Central deixar todo os poderes, poderá ocorrer algumas confusões que prejudicam os interesses de Hong Kong.” Neste sentido, para o futuro de Hong Kong, a conservação de alguns poderes do Governo Central é indispensável.⁸ Por isso, a interferência do Governo Central em alguns assuntos é fundamental. O desenho do sistema político relativo à RAEHK deve levar a liderança do Governo Central em consideração, com vista a concretizar a soberania nacional.

Nos órgãos executivo, legislativo e judicial de Hong Kong, os membros da Assembleia Legislativa são eleitos por sufrágio local, em vez de ser nomeados pelo Governo Central, sendo responsáveis apenas aos eleitores. Assim, não se pode realizar uma liderança do Governo Central. A RAEHK goza de poder judicial independente e o do julgamento em última instância que pertence ao Tribunal de Última Instância, nesse sentido, os órgãos judiciais também não podem ser liderados pelo Governo Central. Finalmente, no âmbito do sistema político da RAEHK, só o órgão executivo, dirigido pelo Chefe do Executivo, pode ser órgão que concretiza as intenções do Governo Central. Nestes termos, caso realizar o regime político com predominância do poder legislativo, o órgão executivo, dirigido pelo Chefe do Executivo, é produzido pela Assembleia Legislativa, o Chefe do

Executivo pertencerá ao órgão legislativo, pode ignorar o Governo Central, nem executa a disposição do Artigo 48.º da *Lei Básica da Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China*, “As orientações, emitidas pelo Governo Central, relativas aos assuntos relacionados dispostos pela presente lei”. A implementação do regime político com predominância do poder legislativo pode facilmente surgir localismo, é muito difícil salvaguardar a soberania nacional.

Ao contrário do regime político com predominância do poder legislativo, trata-se o regime político com predominância do poder executivo como um sistema político, que toma o Chefe do Executivo como o núcleo no órgão executivo, isso consiste em dois aspectos: por um lado, politicamente, o Chefe do Executivo, sendo o núcleo, não necessita de depender da Assembleia Legislativa. Uma vez que sob o regime político com predominância do poder executivo, o Chefe do Executivo e os principais governadores são nomeados pelo Governo Central, em vez de ser eleitos pela Assembleia Legislativa; por outro lado, em comparação com a Assembleia Legislativa, o Chefe do Executivo possui um poder mais vantajoso, tendo um impacto muito importante nas actividades legislativas. Nesse sentido, sob o regime político com predominância do poder executivo, o órgão executivo é mais forte que o órgão legislativo, podendo não só ser independente do órgão legislativo, mas também influenciar ou até dominar a acção legislativa. Quanto à execução do poder, o órgão legislativo não possui relações subordinadas, normalmente, os órgãos executivos inferiores podem facilmente aceitar a influência dos órgãos executivos superiores. Portanto, a implementação do regime político com predominância do poder executivo facilita não só a gestão e o controlo do local pelo Governo Central, bem como a vontade máxima de salvaguardar o Estado.⁹ Como Chen Zuoer mencionou na palestra de Lei de Básica, realizada em Março de 2004, em Pequim, “O regime político deve ser predominante no sistema político das regiões administrativas especiais, além de ser verificada a sua viabilidade pela prática, o mais importante é que a responsabilidade do Chefe do Executivo ao Governo Central só pode ser realizada através deste sistema político.”¹⁰ O grupo especializado destina-se ao desenvolvimento do sistema político da RAEHK também salientou: O regime político com predominância do poder executivo é um dos princípios no desenho político da RAEHK, sendo um símbolo importante da soberania nacional. Sendo favorável à execução da soberania nacional na região administrativa, mediante o Chefe do Executivo, e esse exige que o Chefe do Executivo responsabiliza ao Governo Central e à região administrativa especial. O Chefe do Executivo é o chefe da região administrativa, liderando também o Governo da região administrativa especial.¹¹

1.2 Manter a prosperidade e a estabilidade de Hong Kong

1.2.1 A eficiência governativa aumenta-se sob o regime político com predominância do poder executivo

A definição do sistema político de Hong Kong, principalmente, está baseada nas situações reais. Hong Kong situa-se no sudoeste asiático, sendo uma ligação muito importante entre a China e o restante do mundo. Como uma cidade internacional muito aberta e livre, Hong Kong possui muitas comunidades, instituições e opiniões distintas, que estão directamente ou indirectamente influenciadas pelos factores políticos. Tendo existido uma variedade de composições opostas que podem prejudicar os interesses fundamentais de Hong Kong e da China, uma vez que muitas forças estrangeiras tratam Hong Kong como o primeiro destino para entrar na China continental. Hong Kong é um centro financeiro, comercial e turístico e de transporte marítimo, o seu ambiente

económico muda rapidamente. Esse exige que o órgão executivo consegue apresentar oportunamente propostas legislativas, e o órgão legislativo deve proceder a legislação em conformidade com o procedimento legislativo, com vista a lidar eficazmente com a situação instável.¹² Hong Kong tem cerca de 7 milhões habitantes, com uma superfície de 1.103 quilómetros quadrados, muitos recursos dependem da importação. Nesse sentido, o regime político com predominância do poder executivo é favorável a esta sociedade que está a sofrer com a questão demográfica e de recursos. A implementação do regime político com predominância do poder executivo, de facto, facilita à tomada da decisão rápida, ao melhoramento da eficiência governativa, visando atender às necessidades de gestão social e de desenvolvimento da cidade económica internacional. A prática também tem demonstrado que o regime político com predominância do poder executivo adapta-se, realmente, às necessidades políticas da sociedade de Hong Kong. Em 2004, devido aos casos de “Kwong Hing”, “Chan Kau” e “Mao Yuping”, a reputação do Comissariado Contra a Corrupção piorava consecutivamente, uma vez que os meios de investigação violaram os artigos relacionados da *Lei Básica da Região Administrativa Especial de Hong Kong*, bem como os direitos e liberdades de comunicação dos residentes. No caso de corrupção de *Chan Kau*, o Comissariado Contra a Corrupção instalou uma câmara no gabinete de *Chan*, que filmou todo o processo da corrupção, incluindo a conta do dinheiro. No entanto, o juiz do Tribunal Distrital considerou que o meio de investigação do Comissariado Contra a Corrupção tinha violado a *Lei Básica da Região Administrativa Especial de Hong Kong*, a única saída passou por uma suspensão de inquérito. O juiz considerou que este modo de investigação era vergonhoso e hediondo. Em 5 de Agosto de 2005, o Chefe do Executivo de Hong Kong emitiu uma instrução administrativa, relativa à vigilância discreta, autorizando os quatro órgãos componentes a realizar a vigilância discreta, com vista a resolver oportunamente a questão da lacuna legislativa.

1.2.2 As políticas públicas de Hong Kong podem ser melhoradas, sob o regime político com predominância do poder executivo

As políticas públicas são propostas desenvolvidas, no processo político, pelos órgãos competentes públicos, com vista a resolver questões públicas, alcançar objectivos públicos e concretizar os interesses públicos. As políticas públicas possuem uma relevância de valor, isto é, o valor da política está relacionado com a relevância do interesse, a maioria das políticas públicas tem a ver com a distribuição do valor social, que se trata o interesse de núcleo. Normalmente, as políticas públicas protegem e satisfazem as necessidades e interesses de algumas pessoas, visando ajustar os interesses sociais e promover a harmonia social, mas ao mesmo tempo, contêm e enfraquecem os interesses de outras pessoas.

A restrição da proposta dos deputados e a contagem de votos de agrupamento são não só uma garantia importante para o regime político com predominância do poder executivo, como também uma garantia institucional fundamental para que as políticas públicas não sejam privatizadas e marginalizadas. De acordo com o Anexo II da *Lei Básica da Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China*, “as propostas apresentadas pelos deputados legislativos devem ser aprovadas, com mais de metade, pelos deputados eleitos por sufrágio de comunidades e regional da Assembleia Legislativa movidas por pessoas físicas, contas e alterações às propostas de lei serão eleitos separadamente por circunscrições funcionais e circunscrições geográficas através de eleições directas, os membros da Comissão Eleitoral participaram da reunião de duas partes Os membros de cada uma de mais de metade”, “O mecanismo de contagem de votos de agrupamento dos deputados legislativos reduz significativamente o poder de definição da

políticas, evitando a política de ‘Pork-barrel’¹³, com vista a garantir que as políticas públicas não sejam privatizadas e marginalizadas”.

Quanto à definição das políticas públicas, o Governo da RAEHK tem instituições e pessoais especializados de assistência, bem como a garantia do sistema consultivo. A aplicação do regime político com predominância do poder executivo é mais favorável ao executivo da garantia. As principais instituições e sistemas de assistência ao Chefe do Executivo e órgãos executivos são seguintes: ① Conselho executivo. O Conselho Executivo da RAEHK (designada por Conselho Executivo, ExCo), chamado Direcção dos Serviços de Administração antes do retorno, é instituição governamental máxima na tomada de decisão, sendo liderada pelo Chefe do Executivo, auto-nomeados os membros. Actualmente, há 32 membros, incluindo o Chefe do Executivo (presidente), 15 membros oficiais actuais, 16 membros não oficiais (alguns são deputados da Assembleia Legislativa). Nos termos da *Lei Básica da Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China*, o Chefe do Executivo deve, consultar ao Conselho Executivo, antes de tomar quaisquer decisões. Caso o Chefe do Executivo não estiver em acordo com a decisão de maioria dos conselheiros executivos, deve registar a razão, essa é uma supervisão da tomada de decisão ao Chefe do Executivo. Após a tomada da posse do Chefe do Executivo, Donald Tsang procedeu uma série de reformas ao Conselho Executivo, aumentando o número dos membros não oficiais. Os membros oficiais do Conselho Executivo, além do Chefe do Executivo e 3 Secretários, devem comparecer todas as conferências, e outros membros oficiais podem escolher as interessadas ou as relacionadas, esse aumenta a influência dos membros não oficiais à tomada de decisão. ② Grupo de Política do Governo Central O Grupo de Política do Governo Central foi criado em 1989, após o retorno à pátria, utiliza-se o sistema original, responsabilizando a oferta das opiniões para o Chefe do Executivo, Secretário para Administração e Secretário para Finanças. A estrutura do Grupo de Política do Governo Central é muito simples, facilitando à realização de análise e à apresentação de proposta. As investigações do Grupo de Política do Governo Central, incluindo os temas indicados pelos 3 Secretários, relativos às áreas sociais, políticas e económicas, especialmente os temas relacionados a vários âmbitos de decisão. O Grupo de Política do Governo Central estabelece uma ampla rede social, na oferta de políticas e sugestões, consultando aos especialistas, académicos, sobretudo escutar as opiniões dos consultores de part-time. Anualmente, o Chefe do Executivo expressa a Acção Governativa, o Grupo de Política do Governo Central é responsável pela elaboração dos relatórios, durante esse processo, mantendo um contacto estreito com as várias direcções de tomada de decisões da RAEHK. Através de inquérito de opinião pública, discussão em grupo, redes sociais e diálogos, o Grupo de Política do Governo Central pode conhecer as opiniões sociais, fornecendo uma referência para o Governo. Além disso, o Grupo de Política do Governo Central incentiva a discussão e a pesquisa das políticas públicas, mediante várias formas, incluindo a realização de fóruns públicos, discussão das questões de interesse social, convite os especialistas e académicos para a troca de ideias e experiências com os locais funcionários públicos, especialistas, académicos, pessoais sociais e pessoais da linha de frente. ③ A Comissão do Desenvolvimento Estratégico (CDE) foi fundada em 1998, sendo uma instituição que discute, no aspecto macro e perspectivo, o desenvolvimento a longo prazo de Hong Kong. A CDE oferece uma plataforma para que os interessados possam discutir juntamente as questões relacionadas com RAEHK. No início da elaboração das políticas, escutando amplamente as opiniões diferentes, com vista a oferecer uma referência para a direcção das políticas, fornecendo uma base para a definição das políticas no futuro. O trabalho da CDE irá melhorar a comissão irá

melhorar o carácter científico, a transparência, a participação e a aceitabilidade da acção governativa. A CDE é organizada pelo Chefe do Executivo, seus membros abrangem 4 comissários oficiais e 66 comissários não oficiais. Os 4 comissários oficiais são Secretário para Administração, Secretário para Finanças, consultor principal do Grupo de Política do Governo Central e chefe do Gabinete do Chefe do Executivo. No Grupo de Política do Governo Central, há secretariado da Comissão do Desenvolvimento Estratégico, que é responsável por fornecer serviços, tais como pesquisa e suporte da conferência. ④ Conselho Distrital (District Council). Nos termos do artigo n.º 97 da *Lei Básica da Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China*, a RAEHK pode estabelecer organizações regionais não políticas, recebendo as consultas relacionadas com os assuntos de gestão e outros assuntos, ou responsabilizando os serviços culturais, recreações e saúde ambiental. Os Conselhos Distritais são espalhados pelos 18 distritos em Hong Kong, com mandato de 4 anos para cada edição. O Conselho Distrital pode apresentar opiniões ao Governo, em relação aos aspectos seguintes: assuntos que afectam o bem-estar das pessoas, a oferta e a utilização das instalações, serviços públicos, a avaliação do número e da ordem dos planeamentos definidos pelo Governo, o funcionamento do apoio financeiro às obras públicas e nas actividades sociais. Entrando no novo século, o Governo da RAEHK tomou uma série de medidas para reforçar o papel dos Conselhos Distritais, tais como o fortalecimento da comunicação entre o Governo e os Conselhos Distritais e o reforço da supervisão dos Conselhos Distritais. Com o estabelecimento do sistema de 5 “Super Deputados Legislativos”, quanto na supervisão ao Governo e na gestão e serviços locais, o papel do Conselho Distrital está cada vez mais significativo.

1.3 Salvar os direitos e as liberdades dos cidadãos de Hong Kong

No capítulo III da *Lei Básica da Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China*, definem-se especialmente e completamente os direitos básicos dos cidadãos de Hong Kong. O regime político com predominância do poder executivo está estreitamente relacionado com a realização dos direitos referidos dos cidadãos de Hong Kong: por um lado, o sistema político de Hong Kong é muito completo, com vista a prevenir o abuso dos poderes públicos, o poder executivo também deve ser necessariamente fiscalizado; por outro lado, o regime político com predominância do poder executivo pode promover a boa governação do Governo da RAEHK.

1.3.1 O regime político com predominância do poder executivo de Hong Kong é uma política descentralizada, pode prevenir o abuso do poder público

No regime político com predominância do poder executivo, objectivamente, o fortalecimento da capacidade governativa poderia causar o uso excessivo do poder, assim como a perda dos interesses sociais. Um Governo que falta a restrição e a supervisão pode, esconder o risco sob a protecção do regime político com predominância do poder executivo, prejudicando assim a legalidade do mesmo regime. Uma vez que os poderes públicos são provenientes dos poderes privados, mas estes dois tipos de poderes têm tido uma relação complexa, poderes públicos podem facilmente prejudicar poderes privados. Portanto, os políticos sempre defendem uma restrição aos poderes públicos.

Encontra-se também na *Lei Básica da Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China*, a supervisão aos poderes públicos depois do retorno de Hong Kong à pátria. Em primeiro lugar, o poder governativo de Hong Kong foi dividido, pelo projectista do

sistema político, em aspectos administrativos, legislativos e judiciais, que mostra claramente a ideia de descentralização do poder. A descentralização do poder é uma característica básica do sistema político de Hong Kong, sendo também uma fundamentação do regime político com predominância do poder executivo. “O regime político com predominância do poder executivo tem como pressuposto a separação dos poderes executivo, legislativo e judicial, uma vez que sem a separação dos poderes, não existirá a questão do poder com predominância.”¹⁴ Esta separação evite o perigo de “inexistência da liberdade”, por causa de “os poderes legislativo e executivo estão concentrados na mesma pessoa ou no mesmo órgão” ou “Não se separa o poder judicial com os poderes legislativo e executivo”, afirmou por Montesquieu. Em segundo lugar, muito diferentemente em comparação com o regime político do Governo de Hong Kong Britânico, o regime político com predominância do poder executivo da RAEHK não é uma dominância nem uma autocracia executiva, mas é uma prioridade administrativa, o poder executivo está sujeito aos poderes legislativo e judicial. Na *Lei Básica da Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China*, regulam-se, respectivamente, a restrição ao Chefe do Executivo e ao Governo da RAEHK pela Assembleia Legislativa, a censura das acções inadequadas do Chefe do Executivo. Portanto, o regime político com predominância do poder executivo não está, absolutamente, numa posição dominante. Quando houver conflitos entre poder executivo e poderes legislativo e judicial, a resolução passa pelas disposições da *Lei Básica da Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China*, em vez de obedecerem os poderes legislativo e judicial ao poder executivo.¹⁵ Aliás, o poder executivo não só está sujeito aos poderes públicos, tais como órgãos legislativo e judicial etc., mas também está fiscalizado aos poderes privados da sociedade de Hong Kong. O Artigo 27.º da *Lei Básica da Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China* define os direitos dos cidadãos de Hong Kong, por exemplo, a liberdade de imprensa. Quanto à supervisão do Governo, os medias desempenham completamente o papel de “quarto poder”, sendo uma forma muito importante na restrição do poder executivo. Nos termos do n.º 2 do Artigo 35.º da *Lei Básica da Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China*, “Os cidadãos de Hong Kong têm direitos instaurar processo ao tribunal sobre os actos do Governo e dos agentes administrativos”. Isso faz com que a restrição suave se transforme num poder rígido na limitação do poder executivo.

Enfim, no tratamento do poder dos órgãos executivos, é necessário implementar, por um lado, uma “protecção do poder”, por outro lado, uma “restrição do poder”. A “protecção do poder” significa uma garantia da implementação do poder executivo, com vista a desempenhar melhor possível o seu papel e tratar oportunamente as questões sociais urgentes. A “restrição do poder” significa uma rigorosa supervisão e limitação ao poder executivo, tendo como objectivo evitar a violação dos direitos civis. Na realidade, quanto ao sistema político da *Lei Básica da Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China*, já se realizou a unificação entre as duas, que garante não só um poder suficiente no tratamento das questões sociais complexas, como também uma eliminação do abuso do poder. No entanto, quanto à supervisão do poder executivo, ainda há muitos problemas em Hong Kong. A questão de Hong Kong possui uma característica especial, com uma supervisão excessiva, alguns deputados contrariaram irracionalmente, uma vez que médios foram “politizados”. Resultando directamente um obstáculo ao regime político com predominância do poder executivo, bem como às linhas de acção do Chefe do Executivo.

1.3.2 O regime político com predominância do poder executivo da RAEHK é um sistema eficaz, pode promover uma boa governança

A boa governança é um processo de gestão social que pode maximizar os interesses públicos. A boa governança consiste em seis elementos: legitimidade, transparência, responsabilidade, regra do direito, responsabilidade, eficiência.¹⁶ Trata-se um governo com boa governança, caso as linhas de acção governativa possuem os seis elementos acima referidos, uma vez que os seis elementos protegem os direitos e as liberdades dos cidadãos.

Embora a entidade principal da boa governança inclui, não só o governo, bem como gestores, tais como instituições particulares e membros sociais. Contudo, no tratamento das questões relevantes, tais como instalações e seguranças públicas etc. O Governo desempenha o papel fundamental na implementação das políticas relacionadas. Para os países ou regiões que já se concretizaram o direito democrático, nos seis elementos mencionados, o maior desafio é a eficiência. Uma vez que no sistema democrático, presta-se mais atenção na equidade, sendo mais fácil negligenciar a eficiência. No entanto, o regime político com predominância do poder executivo de Hong Kong resolve bem a questão de eficiência executiva, no sentido de desenho do sistema. A eficiência consiste em dois significados básicos: a. A instituição administrativa possui uma razoável estrutura, o procedimento administrativo é científico, as actividades de gestão são flexíveis; b. Minimizar os custos administrativos. A concepção de boa governança não corresponde às actividades administrativas inválidas ou ineficientes. Quanto maior o grau de boa governança, maior a eficiência da gestão.¹⁷ O regime político com predominância do poder executivo da RAEHK é um sistema eficaz, alcançando o critério eficaz quer na estrutura das instituições governamentais, quer na administração do custo. Quanto à estrutura das organizações executivas, a do Governo da RAEHK está muito clara, divide-se horizontalmente em Divisão para a Administração, Finanças e Justiça, enquanto verticalmente em três níveis: Divisão-Direcção-Departamento. As decisões estratégicas são responsáveis pelo Chefe do Executivo e pelos três Secretários, enquanto a definição das políticas é responsável pelas Direcções, a sua execução é responsável pelos Departamentos. Este tipo de estrutura do sistema político de Hong Kong pode reduzir o número de funcionários, em vez de dotar muitos adjuntos. Com uma população de 7 milhões, embora Hong Kong seja uma cidade internacional, o Governo só possui uma estrutura. Divide-se em 18 distritos em Hong Kong, cada distrito tem o seu próprio conselho, departamento para os assuntos cívicos e municipais e Conselho de Gestão distrital. No entanto, diferentemente em comparação com a estrutura da China continental, uma vez que não possuem a questão de dupla liderança.¹⁸ Com este tipo de estrutura, cada Serviço do Governo da RAEHK é responsável por tratar todos assuntos relevantes, aumentando assim, não só a eficiência da governança, bem como reduzir o custo da governança. Segundo um relatório, Hong Kong manter, dois anos consecutivos, o segundo lugar no ranking relativo à competitividade internacional, fica apenas atrás dos EUA, a eficiência do Governo é classificada em primeiro lugar no mundo.¹⁹ Os órgãos executivos de Hong Kong não são apenas eficientes, como também frugais, tendo também uma garantia no desenho do sistema. Instala-se o Comissariado da Auditoria que só responsabiliza ao Chefe do Executivo, existindo assim, uma supervisão à despesa do governo. O Comissariado da Auditoria possui um poder muito amplo, podendo consultar os registos dos serviços governamentais, executando responsabilidades relacionadas. Ao exercer o seu poder, não está sujeito a nenhuma pessoa ou instituição. Anualmente, o presidente do Comissariado da Auditoria

apresenta três relatórios ao presidente da Assembleia Legislativa, um está relacionado com as contas da RAEHK, o restante tem a ver com o resultado da auditoria do governo. A auditoria está focalizada na supervisão dos serviços em relação ao desperdício de recursos, bem como a falta de eficiência operacional. O relatório anual do Comissariado da Auditoria não é apenas um artigo, caso houver qualquer problema, os serviços e funcionários públicos de infracção devem ser punidos.

Após o retorno de Hong Kong à pátria, surgiram vários incidentes negativos, tais como “Fundamento da habitação”²⁰ e a demissão do funcionário de alto nível por causa da violação da lei,²¹ mas em geral, o Governo de Hong Kong é transparente e com uma boa governação. A realização de “incorrupção” e “boa governação” depende do sistema, o seu regime político com predominância do poder executivo, na realidade, é um sistema democrático e descentralizado, a focalização da supervisão e restrição ao poder evitar ou reduzir, maximamente, a arbitrária e a corrupção do executor. O Chefe do Executivo e os órgãos executivos servem, sinceramente aos Cidadãos, este facto não pode ser negligenciado por ninguém ou nenhuma organização. Esse é o objectivo de valor do regime político com predominância do poder executivo de Hong Kong, sendo também a fonte da legitimidade da implementação deste regime.

II. Relações entre os três objectivos de valor

A salvaguarda da soberania nacional e da integridade territorial, a manutenção da prosperidade e estabilidade de Hong Kong e a protecção dos direitos e liberdade dos cidadãos de Hong Kong são os objectivos de valor, de três níveis, do regime político com predominância do poder executivo de Hong Kong, e constituem uma relação de unidade dos contrários, fazendo parte do sistema de objectivos de valor do respectivo regime. Esses objectivos, de três níveis, desempenham papéis diferentes no estabelecimento e funcionamento do regime político com predominância do poder executivo de Hong Kong, sendo a salvaguarda da soberania nacional e da integridade territorial o objectivo primário, a manutenção da prosperidade e estabilidade de Hong Kong o objectivo intermediário e a protecção dos direitos e liberdade dos cidadãos de Hong Kong o objectivo final. Muitas vezes, esses objectivos estão em consonância, o que se reflecte na ideia de “A prosperidade de Hong Kong beneficia o país e vice-versa.” No entanto, pode haver, por vezes, conflitos entre esses objectivos em algumas questões e interesses, tendo em conta que os diferentes sujeitos têm considerações distintas em relação aos interesses e podem ter os próprios requisitos especiais. Uma vez que a manutenção da prosperidade e estabilidade de Hong Kong constitui um objectivo intermediário, a relação entre os objectivos poder ser simplificada e resumida como uma relação entre a soberania nacional e os direitos humanos de Hong Kong. Face a conflitos respeitantes a esta relação, não é convencível apoiar simplesmente a afirmação de “a soberania sobrepõe-se a direitos humanos” ou “a soberania subordina-se a direitos humanos”, mas deve-se unificar essas duas partes e ter em consideração, ao mesmo tempo, a soberania e direitos humanos.

2.1 Objectivo de valor inicial

A questão de Hong Kong é inteiramente resultado da guerra de invasão, incentivada pela Inglaterra, os três tratados: *Tratado de Nanquim*, *Tratado de Pequim*, *A Convenção entre Grã-Bretanha e China respeitando a extensão do Território de Hong Kong* (*The Convention*

Between Great Britain and China Respecting an Extension of Hong Kong Territory) são todos tratados injustos que o imperialismo britânico forçado ao povo chinês. Embora os conteúdos dos três tratados injustos não sejam iguais, prejudicando gravemente a soberania nacional. A história de ocupação de Hong Kong é, absolutamente, uma humilhação para a China, sendo um símbolo de perda da soberania nacional. Eis é o ponto de partida da questão de Hong Kong entre a China e a Inglaterra.²² Em 1982, na visita da primeira-ministra britânica de Margaret Thatcher, ao discutir a questão de Hong Kong, a China expressou claramente sobre a retomada da soberania de Hong Kong em 1997. Em outras palavras, em vez de “Novo Território” (New Territories), a China recuperará toda a zona de Hong Kong, incluindo a Ilha de Hong Kong.²³ O ex-líder Deng Xiaoping indicou claramente: sobre a questão da soberania, a China não pode fazer concessão. Francamente, a questão da soberania não é uma questão que pode ser discutida. Segundo Deng, caso a China não conseguir recuperar a Hong Kong antes de 1997, quaisquer dirigentes e Governos não podem dar uma resposta certa ao povo chinês. Fazendo assim, o Governo chinês igualzinho como o da Dinastia Qing, o governador como Li Hongzhang. Em resposta às palavras de Margaret Thatcher, que a recuperação de Hong Kong trará efeitos desastrosos, Deng manifestou claramente, o povo chinês e o Governo chinês têm que enfrentar este “desastre”, o ex-líder ainda advertiu solenemente o lado britânico que, se houver uma flutuação grave durante o período de transição de 15 anos, não tem outra opção, o Governo chinês irá reconsiderar o tempo e a forma da recuperação. No posterior, a Inglaterra propôs “substituir a soberania por jurisdição”, uma exigência inaceitável. Em Setembro de 1982, no encontro com o ex-presidente britânico Edward Heath, Deng sugeriu uma alteração da atitude britânica, para que a China não anunciar unilateralmente a solução da questão de Hong Kong em Setembro de 1984. Neste caso, o governo britânico foi obrigado a concordar com as políticas fundamentais, propostas pelo Governo da China para resolver a questão de Hong Kong. Assim, as duas partes voltaram novamente à mesa de negociação. Após 22 vezes de negociação duras, os Governos Sino-Britânicos assinaram, em Dezembro de 1984, a Declaração conjunta Sino-Britânica sobre a questão de Hong Kong. Esta Declaração conjunta Sino-Britânica é um tratado internacional que define os direitos e as obrigações entre as duas partes, anunciando solenemente, de forma de acordo internacional, a China recuperará o exercício da soberania de Hong Kong em 1997. A *Declaração conjunta Sino-Britânica* já foi assinada e entrou em vigor, mas o caminho de retorno de Hong Kong à pátria era muito complicado, durante o período de transição, o Governo de Hong Kong britânico criavam muitos distúrbios, tentando tornar Hong Kong a ser um território independente ou semi-independente. Esse causou uma ameaça muito grande para a recuperação da soberania de Hong Kong. Em relação à maquinação britânica, o Governo da China reagiu positivamente, na elaboração da *Lei Básica da Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China*, insistindo alguns poderes necessários do Governo Central, com vista a salvaguardar a soberania nacional. Com base no sistema político da RAEHK, a implementação do regime político com predominância do poder executivo pode evitar a predominância do poder parlamentar e é favorável a liderança central. Portanto, a salvaguarda da soberania nacional e da integridade territorial são objectivos de valor iniciais da implementação do regime político com predominância do poder executivo.

2.2 Objectivo de valor intermédio

A manutenção da prosperidade e da estabilidade de Hong Kong, independentemente, pode ser um objectivo de valor. Uma vez que essa não só tem a ver com o interesse do país, mas também

com o interesse da RAEHK. Embora haja diferença, os dois interesses estão estreitamente relacionados: indivisível e influência mútua.

A manutenção da prosperidade e da estabilidade de Hong Kong está relacionada com o interesse fundamental da China. Hong Kong faz parte da China, o Governo e os dirigentes têm um entendimento muito claro sobre isso, tendo prestado uma grande atenção a este aspecto. No início de 1980, o Governo da China definiu doze políticas básicas em relação à questão de Hong Kong (designado por 12 políticas), que manifestaram principalmente dois princípios: ① A China recuperará Hong Kong em 1997, voltando a exercer a soberania; ② com o pressuposto do retorno da soberania, na medida do possível, manter a sua estabilidade e prosperidade, bem como o seu estatuto e papel na economia. Naquela altura, um líder disse que a economia de Hong Kong não pode entrar em colapso. Caso fosse assim, o Governo chinês não tinha capacidade de assumir esta responsabilidade. A receita anual de Hong Kong era HK\$ 36 bilhões, enquanto a despesa anual de Hong Kong era HK\$ 30 bilhões. Segundo o câmbio daquela época, a despesa do Governo de Hong Kong era cerca de RMB 10 bilhões. Se a economia de Hong Kong entrar em colapso, impossivelmente, o Governo Central oferece esta quantia enorme para apoiar o Governo de Hong Kong. Por isso, é muito importante manter a prosperidade e a estabilidade de Hong Kong.

A prosperidade e a estabilidade proporcionam um ambiente externo estável e uma condição interna rica para a realização dos direitos e liberdades dos cidadãos de Hong Kong. A estabilidade social e prosperidade económica são uma garantia fundamental dos direitos e das liberdades do povo. Uma vez que a estabilidade social é uma condição prévia, sem essa, não se pode falar direitos e liberdades. No mundo de hoje, alguns países e regiões ainda estão a sofrer a guerra civil, a contradição étnica e o conflito armado, milhares de pessoas são obrigadas deixar a sua casa, não têm nenhuma garantia em relação aos direitos humanos; em outros países e regiões, devido ao rápido impulsionamento da democracia, há um grande problema entre classes e etnias diferentes. O governo perdeu a autoridade, não tendo capacidade de controlar a situação. A política eleitoral transformou numa violência, a sociedade não tem ordem e o povo torna-se a maior vítima. Os factos nos mostram que, sem a estabilidade social, não se pode falar os direitos e liberdades. Desde o retorno, o Governo da RAEHK respondeu activamente os efeitos negativos da crise financeira sudeste asiática, controlando efectivamente a expansão de “SARS”. A sociedade de Hong Kong possui uma boa ordem, e a sua economia desenvolve estavelmente, sendo uma condição indispensável na realização dos direitos e liberdades.

2.3 Objectivo de valor final

O ponto de partida do regime político com predominância do poder executivo é salvaguardar a soberania nacional e integridade territorial, mas o seu objectivo final ainda inclui a garantia dos direitos e liberdades dos cidadãos de Hong Kong, que deve ser considerada como o objectivo de valor final do regime político com predominância do poder executivo. Em vez de considerar a salvaguarda da soberania nacional e integridade territorial como o objectivo de valor final, o Governo Central tem as considerações seguintes: ① Tomar a salvaguarda da soberania nacional e integridade territorial como o objectivo de valor final, visando resistir a maquinação do Governo de Hong Kong Britânico, que pretendia, durante o período de transição, fazer Hong Kong num caminho independente ou semi-independente. Após o retorno de Hong Kong, embora haja alguns casos opostos ao Governo Central, tais como contrariar à legislação de segurança nacional e à interpretação da lei pelo Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional etc. Basicamente,

estes actos não ultrapassaram o limite da liberdade de expressão, nem resultou em distúrbios sociais. Apesar da existência de forças de subversão, o Governo da RAEHK é responsável por salvaguardar a soberania nacional e a integridade territorial. No entanto, Hong Kong é uma sociedade de direito e o Governo Central estaciona tropas no território, não irá acontecer situações incontrolláveis. Portanto, as pessoas prestam mais atenção na realização dos direitos e das liberdades dos cidadãos de Hong Kong, através da sua prosperidade e estabilidade. Esse também se torna uma das tarefas mais difíceis do Governo da RAEHK depois do seu retorno. ②Os direitos e as liberdades são congénitos, sendo pessoas naturais, gozando naturalmente os direitos de sobrevivência e de autonomia dos comportamentos, incluindo os direitos à dignidade individual, à migração, ao casamento e à fertilidade, ao trabalho, ao descanso, à escolha de estilo da vida e à busca da felicidade etc. As relações interpessoais geram a sociedade, portanto, as pessoas possuem também características sociais. Nesse caso, os direitos de autonomia com características naturais estão intimamente relacionados com os direitos e as liberdades com características sociais. Os direitos e as liberdades humanos são fontes do poder do governo, basicamente, a legitimidade da existência do poder do governo é para proteger os direitos e as liberdades, tendo um valor muito significativo. A *Lei Básica da Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China* confirma que os cidadãos de Hong Kong gozam de direitos e liberdades amplos. Além disso, Pacto Internacional sobre os *Direitos Cívicos e Políticos* e Pacto Internacional sobre os *Direitos Económicos, Sociais e Culturais*, bem como das convenções internacionais de trabalho, continuam a vigorar na RAEHK, que enriqueceram ainda mais os direitos e as liberdades dos cidadãos de Hong Kong. Para o Governo da RAEHK e os órgãos do Governo Central que representam a soberania nacional, esses direitos e liberdades são deveres. Todas as autoridades públicas têm responsabilidade de protegê-los. Sendo um componente muito importante para a legitimidade da existência das autoridades referidas. ③Os poderes públicos estão estreitamente relacionados com os direitos privados, o abuso dos poderes públicos podem gerar corrupção e prejudicar os direitos privados. No sector do poder público, o poder executivo é mais activo e flexível, mas também pode facilmente violar os direitos privados. Por essa razão, naturalmente, o regime político com predominância do poder executivo agrava as tensões entre os poderes públicos e os direitos privados, um poder executivo poderoso pode trazer preocupações para os cidadãos de Hong Kong, em relação aos direitos e liberdades próprias. Nesse caso, caso prestar mais atenção na salvaguarda da soberania nacional e integridade territorial no regime político com predominância do poder executivo, inevitavelmente, muitos cidadãos de Hong Kong irão contrariar isso. Para alguns cidadãos de Hong Kong, parecem-se que a China e Hong Kong não têm muitas relações. No seu ponto de vista, caso o Governo representa o interesse do Governo Central, certamente, os interesses dos cidadãos de Hong Kong vão ser ignorados. Tomar os direitos e as liberdades dos cidadãos de Hong Kong como o objectivo de valor final no regime político com predominância do poder executivo pode, por um lado, eliminar as preocupações desnecessárias, por outro lado, aumentar a legitimidade do mesmo regime político, facilitando a implementação do regime político com predominância do poder executivo.

III. Tratamento do conflito entre os três valores

No regime político com predominância do poder executivo da RAEHK, salvaguardar a

soberania nacional e a integridade territorial, manter a prosperidade e a estabilidade do território, bem como proteger os direitos e as liberdades dos cidadãos de Hong Kong, são unidades dos contrários e formam o sistema de objectivo de valor, definido e funcionado pelo respectivo regime. Estes três objectivos de valor contêm também uma relação de confrontação, o conflito de valor é um facto que realmente existe, inevitavelmente, é preciso tratar este conflito na governação de Hong Kong. Considerando que a prosperidade e a estabilidade de Hong Kong são o objectivo de valor intermédio, estando no meio entre a soberania nacional e integridade territorial e os direitos e liberdades dos cidadãos de Hong Kong. Portanto, as relações entre os três objectivos de valor podem ser simplificadas como uma relação entre a soberania nacional e os direitos humanos de Hong Kong. Nesse caso, o tratamento do conflito entre os três objectivos de valor também passará ser o tratamento da relação entre a soberania nacional e os direitos humanos de Hong Kong.

O tratamento dos conflitos de valores diferentes está relacionado com a hierarquia dos valores diferentes. A relação entre a soberania e os direitos humanos é uma questão que ouvimos falar frequentemente, ao longo da história, as pessoas tinham duas opiniões diferentes: “os direitos humanos são mais importantes do que a soberania” e “a soberania é mais importante do que os direitos humanos”. Na China, tanto no Governo quanto no académico, as pessoas duvidam que «os direitos humanos são mais importantes do que a soberania». Quanto à relação entre os direitos humanos e a soberania, em relação a esta opinião, o ex-líder Deng Xiaoping levantou que a soberania é mais importante do que os direitos humanos. Em Outubro de 1989, no encontro com o ex-presidente dos EUA, Richard Nixon, Deng Xiaoping afirmou claramente: “As pessoas defendem os direitos humanos, mas não se esqueçam que ainda há soberania nacional. Ao falar do carácter moral, mas não se esqueça que há um carácter nacional. Especialmente, os países em desenvolvimento do terceiro mundo, caso não prestar apreciação na independência nacional e sem a dignidade nacional, o Estado não pode desenvolver favoravelmente.” Ele ainda salientou repetidamente: “De facto, em comparação com os direitos humanos, os direitos nacionais são mais importantes.”²⁴ Obviamente, “direitos nacionais” usado por Deng Xiaoping, aqui significa a “soberania”. Em relação a “os direitos humanos são mais importantes do que a soberania”, alguns académicos comentam que este ponto de vista é um argumento capcioso. Em primeiro lugar, a ideia “os direitos humanos são mais importantes do que a soberania” separou e classificou os direitos humanos e a soberania numa posição oposta. O país pertence ao povo, a soberania nacional é um direito humano colectivo do povo. Sem a soberania, não se pode falar direitos humanos. Portanto, a soberania nacional é uma condição prioritária para direitos humanos. Como outros países em desenvolvimento, a China também sofreu um período de sem soberania, para além não falar de direitos humanos. Os direitos humanos só podem ser melhorados depois de ganhar primeiramente a soberania nacional.²⁵ No ocidente, alguns países defendem que “os direitos humanos são mais importantes do que a soberania”, enquanto o académico chinês defende que “A soberania é mais importante do que os direitos humanos”. Felizmente, descobrimos que alguns académicos têm uma análise racional sobre este questão. Guo Daohui fez uma pergunta: a soberania e os direitos humanos, qual é mais importante? Na forma de apresentação, a tal pergunta era muito abstracta e genérica. Uma vez que a determinação de importância das duas partes depende da análise específica sobre a situação da soberania e dos direitos humanos daquele país. Caso deixar o carácter hierárquico do Estado, discutindo abstractamente sobre esta posição e não analisar “a soberania está nas mãos de uma pessoa só” ou “a soberania está nas mãos do povo”? Política democrática ou política autocráticos? A sua soberania é para proteger os direitos humanos ou desrespeitar o povo

até fazer massacre ou genocídio? Aliás, a soberania nacional tem ou não tem a vontade e a capacidade de proteger os direitos humanos do seu povo. Depois de fazer essa análise, só se pode julgar e definir a relação entre soberania e direitos humanos.²⁶ A opinião de Guo Daohui não nos disse qual é mais importante, mas ele apresentou um método para julgar e diferenciar a soberania e direitos humanos. Este método pode ser resumido como questões específicas devem ser especificamente analisadas. Parece muito simples, mas é muito valioso e prático.

Deve-se ter um entendimento completo sobre a relação entre soberania nacional e direitos humanos. Por um lado, a soberania nacional refere-se ao poder supremo de um país no tratamento independente dos assuntos internos e externos. Ao interno, este tipo de poder é supremo, tendo uma autoridade absoluta. A salvaguarda dos direitos humanos está estreitamente ligada à defesa da soberania nacional, uma vez que a soberania nacional decide a existência e o desenvolvimento dos direitos humanos, sendo uma base e uma condição prioritária para direitos humanos. Por outro lado, “ao interno, a soberania nacional é um *jus imperium*, sendo um poder atribuído colectivamente pelo povo, e não uma soma dos direitos humanos, nem uma forma mais elevada dos direitos colectivos. Em contrapartida, o poder do estado é o responsável dos direitos humanos: principalmente, os direitos humanos são um tipo de poder resistente, enquanto o poder do estado deve proteger os direitos humanos, com vista a criar condições para o melhoramento da situação dos direitos humanos. Alguns comentaristas disseram que ‘a soberania nacional é uma parte importante dos direitos humanos’. Segundo esta opinião, o poder é igual ao direito. Sendo o máximo poder, a soberania nacional é mais elevada do que os poderes de quaisquer organizações governamentais, sociais (incluindo o partido de execução) e individuais. No entanto, isso não significa que a soberania nacional e o poder nacional podem ficar superior aos direitos humanos e direitos cívicos básicos. Pelo contrário, a soberania nacional é atribuída pelo povo, assim como os poderes dos órgãos e oficiais nacionais, respectivamente, dado pela Assembleia Popular Nacional e pelo direito de sufrágio dos cidadãos.”²⁷ De acordo com a *Declaração de Direitos de Virgínia*, aprovada em 1776 na Virgínia dos EUA, “O governo é ou deve ser instituído para o bem comum, para a protecção e segurança do povo, da nação ou da comunidade”.²⁸ No que diz respeito à relação entre a soberania nacional e os direitos individuais dos cidadãos, o jurista alemão Jellinek defende “Teoria de Auto-Limitação do Estado”. Segundo o jurista, o Estado pode executar, ao interno e ao externo, a soberania nacional, mas ao mesmo tempo, está limitado pelo seu próprio. Portanto, quando ao externo, o Estado deve respeitar o Direito Internacional, enquanto ao interno, deve proteger os direitos dos cidadãos. Devemos resistir firmemente a implementação da política do poder, sob o pretexto de “Direitos humanos são mais importantes do que a soberania” e “Direitos humanos sem fronteira”, com o objectivo proteger os interesses próprios. Contudo, ainda devemos reconhecer que os direitos humanos variam de país a país, possuindo também uma característica universal, enquanto a universalidade é um atributo fundamental para direitos humanos. A universalidade dos direitos humanos refere-se a uniformização dos direitos humanos básicos, sendo baseada na humanidade e na natureza social, com vista a proteger a necessidade de sobrevivência e dignidade dos seres humanos. Os direitos humanos são uma balança da civilização, possuindo uma universalidade que pode ultrapassar quaisquer divergências culturais e civilizadas. Então, em relação a respeitar e proteger os direitos humanos básicos, não se pode depreciar, negar os direitos humanos sob o pretexto de particularidade étnica.²⁹

Em relação ao tratamento da relação entre a soberania e direitos humanos de Hong Kong, as duas devem ser consideradas e unificadas simultaneamente. Para o público, uma não é convencível.

O retorno de Hong Kong é o resultado das negociações sino-britânico, em vez de o dos esforços dos cidadãos de Hong Kong. Na realidade, alguns cidadãos estavam contra este retorno. Devido às razões várias, os cidadãos de Hong Kong tinham problemas sérios no reconhecimento da pátria. Embora a situação melhorou um pouco, o nível geral ainda é relativamente baixo. De acordo com um inquérito da Universidade de Hong Kong em 2009, só 37,3% dos cidadãos de Hong Kong reconheceram a sua identidade chinesa, nos quais, 13,1% consideram que eles são chineses de Hong Kong.³⁰ Esta proporção não teve uma grande diferença em comparação com a antes do retorno. Nesse caso, o fortalecimento da consciência dos cidadãos da soberania aos cidadãos de Hong Kong é uma tarefa rigorosa e de longo prazo. No entanto, não devemos interferir frequentemente os assuntos de Hong Kong, devido à ênfase na soberania nacional, embora algumas intervenções sejam necessárias. Os assuntos da RAEHK são responsáveis pelo seu Governo próprio, o Governo Central somente tratam os necessários.³¹ O poder do Estado e os direitos privados são unificados e contraditórios, muitas vezes, o fortalecimento do poder do Estado poderá ameaçar e limitar os direitos individuais. Ao equilibrar adequadamente o poder do Estado e os direitos individuais, normalmente, as autoridades de interpretação constitucional adoptam uma certa forma de proporcionalidade. Na verdade, quando lidamos com a soberania nacional e direitos dos cidadãos de Hong Kong, também podemos usar o princípio de proporcionalidade com referência, com vista estabelecer um equilíbrio dinâmico entre estes dois.

Notas:

- ¹ *O Desenvolvimento do Governo Representativo em Hong Kong.*
- ² Zhou Jianhua (2003). *O Desenvolvimento dos Grupos Políticos e Sufrágios em Hong Kong (1949-1997)*. Hong Kong: Companhia de Ciência e Arte Mi Da Lei. 71.
- ³ Horleman, R. (2003). *Hong Kong's Transition to Chinese Rule*. New York: Routledge. 43.
- ⁴ Lo C. K. (1987). *Quem Vai Gerir Hong Kong?* Hong Kong: Espelho Largo Publishing Co. 18.
- ⁵ Margaret Thatcher (1997). *The Downing Street Years*. Mongolia Interior: Distância press. 488.
- ⁶ Zhu Shihai (2004). “Um País, Dois Sistemas” e o Desenvolvimento do Sistema Político da Região Administrativa Especial de Hong Kong – o Pensamento e o Significado do Sistema Político da Região Administrativa Especial de Hong Kong, desenhado por Deng Xiaoping. Publicado no *Jornal “Renmin Zhengxie Bao”*. 14 de Junho de 2004.
- ⁷ Associação de Divulgação da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China (1998). *A Minuta da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China: Relatório de Consulta (2)*. 26.
- ⁸ Deng Xiaoping (1993). *Antologia de Deng Xiaoping (Vol. III)*. Pequim: Editora Popular. 221.
- ⁹ Yang Jianping (2007). A Necessidade Objectiva de Execução do Regime Político com Predominância do Poder Executivo em Hong Kong. Publicado em *Gestão Administrativa da China*. Vol. 10. 80.
- ¹⁰ Chen, Albert H. Y. (2010). *A Trajectória do Direito da Região Administrativa Especial de Hong Kong*. Pequim: Editora da China Democrática e do Sistema Jurídico. 246.
- ¹¹ Grupo de Trabalho Especializado para o Desenvolvimento do Sistema Político da Região Administrativa Especial

- de Hong Kong (2004). *2.º Relatório do Grupo de Trabalho Especializado para o Desenvolvimento do Sistema Político: Questões relativas ao Princípio do Desenvolvimento do Sistema Político na Lei Básica*. 36-37.
- ¹² Fan Zhenru (2006). *O Sistema de Sufrágio da Região Administrativa Especial de Hong Kong*. Hong Kong: Joint Publishing (Hong Kong) Company Limited. 19.
- ¹³ “Pork barrel” é um termo frequentemente usado por políticos americanos, que significa todas as pessoas estão envolvidas.
- ¹⁴ Fu Siming (2010). *O Regime Político com Predominância do Poder Executivo na Região Administrativa Especial de Hong Kong*. Pequim: Editora da China Democrática e do Sistema Jurídico. 35.
- ¹⁵ Idem.
- ¹⁶ Yu Keping (2010). *Governança e Boa Governança*. Disponível no sitio da Universidade de Tsinghua: <http://www.tsinghua.edu.cn>. 16 de Junho de 2010.
- ¹⁷ Idem.
- ¹⁸ Li Keyuan (2010). *O Governo de Hong Kon – Estudo sobre Hong Kong III*. Disponível no sitio da Biblioteca de Lei: <http://www.law-lib.com>. 17 de Junho de 2010.
- ¹⁹ Hu Jiayuan (2006). A Espada de “Não-intervenção Positiva”. Publicado em *Janela do Vento Sul*. Vol. 11 de 2006.
- ²⁰ Em 2000, devido à imperfeição das estacas, foram demolidos dois edifícios em Yuen Chau Kok, Hong Kong; enquanto os prédios como habitações públicas de Tin Shui Wai, devem ser reparadas.
- ²¹ Em Junho de 2012, o Sr. Mak Chai Kwong foi nomeado ao secretário dos Serviços de Desenvolvimento de do Governo da RAEHK. Como um engenheiro do Governo de Hong Kong Britânico, ele recebia um subsídio de habitação através de trocar a habitação com o actual assistente do chefe de Highways Department Zeng King Man, sendo presos ambos pela ICAC, após meia hora, o Sr. Mak anunciou a renúncia do cargo.
- ²² Chen Guohua (1997). A Educação Conceptual relativa à Soberania Nacional da Questão de Hong Kong. Publicado em *Teaching Reference of Middle School Politics*. Vol. 9 de 1997. 7.
- ²³ Deng Xiaoping (1993). *Antologia de Deng Xiaoping (Vol. III)*. Pequim: Editora Popular. 12.
- ²⁴ Idem. 345.
- ²⁵ Zhu Muzhi (2000). *Retorquir Direitos Humanos é mais Importante do que a Soberania*. Publicado no *Diário do Povo*. 02 de Março de 2000 .
- ²⁶ Guo Daohui (2004). A Natureza dos Direitos Humanos e Hierarquia do Valor. Publicado no *Direito*. Vol. 2 de 2004. 5-6.
- ²⁷ Idem. 7.
- ²⁸ Citado por *EUA Cidadania e Constituição*. Pequim: Editora da Universidade de Tsinghua. 2006. 59.
- ²⁹ Guo Daohui (2004). A Natureza dos Direitos Humanos e Hierarquia do Valor. Publicado no *Direito*. Vol. 2 de 2004. 5.
- ³⁰ Song Xiaozhuang e Meng Dong (2010). O Desenvolvimento do Sistema Político da Região Administrativa Especial de Hong Kong 2012. Publicado nos *Estudos de Hong Kong e Macau*. Sessão Primavera de 2010. 34.
- ³¹ Deng Xiaoping (1993). *Sobre a Questão de Hong Kong*. Hong Kong: Joint Publishing (Hong Kong) Company Limited. 36.